

## ATA NÚMERO 10/XVII/1.ª SL

Aos 14 dias do mês de outubro de 2025, pelas 15:05 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audiência à [Teach for Portugal](#), para apresentar o trabalho e resultados desta organização, com a presença de mentores nas escolas que apoiam alunos no desenvolvimento académico e socio emocional e formação de líderes comprometidos com a transformação do sistema educativo, bem como para discutir temas relevantes para a educação no nosso país – 15h00 – Confirmada

3. Audição dos peticionários da [petição n.º 25/XVII/1.ª](#) – Deixe-me estudar – Acesso igualitário ao ensino superior – 15h45 – Confirmada

4. Aprovação da ata da reunião anterior

5. Comunicações da Presidente

5.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Propostas de Lei – Baixaram para apreciação na generalidade

[Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª \(GOV\)](#) – «*Aprova o Orçamento do Estado para 2026*»

5.2. Pedidos de audiências

✓ Da [Fundação Pedro Queiroz Pereira](#), «com o objetivo de apresentar as conclusões do estudo ‘A Voz dos Professores: Motivações, desafios e

Aprovada na reunião da Comissão em 02-12-2025

barreiras ao desenvolvimento da carreira' ([Fundação Pedro Queiroz Pereira | A Voz dos Professores](#))»

5.3. Relatórios de audiências

- ✓ Ao Presidente da Direção da Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, Prof. Carlos Varela, com o objetivo de apresentar os constrangimentos atualmente vivenciados no âmbito do funcionamento do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), no contexto da resposta educativa prestada pela nossa instituição, presidida pela Deputada Maria José Aguiar (CH) e realizada em 29/9

5.4. Comunicação do GP do L com designação de membro efetivo para o Conselho Nacional de Educação (juntando o respetivo currículo e declaração de aceitação):

- ✓ Catarina das Neves Batista Cerqueira (em substituição de Filipa Maria Gonçalves Pinto)

5.5. Dimensão Parlamentar da Presidência Dinamarquesa do Conselho da União Europeia

6. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 143/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Alargamento da rede pública de Educação Pré-Escolar

7. Discussão e votação do relatório sobre a [Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.ª \(GOV\)](#) – Procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior

8. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 175/XVII/1.ª \(BE\)](#) – Promove a gratuidade do ensino superior através do fim das propinas de 1º ciclo e da limitação das demais taxas (alteração da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto)
9. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 217/XVII/1.ª \(IL\)](#) – Revisão anual dos valores de apoio aos contratos de associação, patrocínio e cooperação, bem como às escolas profissionais privadas
10. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 213/XVII/1.ª \(PS\)](#) – Promove a democratização do acesso ao associativismo estudantil no ensino básico e secundário, procedendo à terceira alteração a Lei n.º 23/2006, de 23 de junho
11. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 214/XVII/1.ª \(PS\)](#) – Aprova o regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
12. Discussão e votação do [requerimento da IL](#) para audição, com caráter de urgência, do Ministro da Educação, Ciência e Inovação sobre a quebra de colocados no Ensino Superior, agora que as diversas fases ficaram concluídas.
13. Discussão sobre a sequência dada às recomendações aprovadas nas sessões nacionais do [ensino básico](#) e do [ensino secundário](#) da edição 2024/2025 do Parlamento dos Jovens – «NOVAS TECNOLOGIAS: Oportunidades e desafios para os jovens»
14. Apreciação e votação do plano de atividades do Grupo de Trabalho - Parlamento dos Jovens
15. Outros assuntos
  - 15.1. Despacho (de 2024) sobre a participação de Deputados nas reuniões de discussão na especialidade da PPL que aprova o OE, reuniões conjuntas da Comissão de

Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) e Comissões da área em causa

- 15.2. Tramitação a adotar na apreciação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 276/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Programa Nacional de Reabilitação e Eficiência Energética dos Edifícios Escolares, com garantia de conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética
- 15.3. Pedido de audiência urgente das organizações que constituem a Comissão de Acompanhamento dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) – [Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral - FAPPC](#); União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros – (UNICRISANO); [Federação Portuguesa de Autismo \(FPDA\)](#); [Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social \(FENACERCI\)](#); [Federação Portuguesa para a Deficiência Mental \(HUMANITAS\)](#) -, sobre a clarificação do papel dos CRI no espaço educativo e o seu financiamento
- 15.4. Iniciativas sobre o RJIES em relação às quais vão ser pedidos contributos às entidades do setor

## 16. Data da próxima reunião

---

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Presidente da Comissão, colocou à consideração dos Senhores Deputados a Ordem do Dia.

Pronunciaram-se sobre este ponto os Senhores Deputados José de Carvalho (CH) e Aida Carvalho (PS).

O Senhor Deputado José de Carvalho (CH) deu nota que a Senhora Deputada Maria José Aguiar (CH), relatora do [Projeto de Lei n.º 214/XVII/1.ª \(PS\)](#), não poderia estar presente na reunião. Estando o relatório dessa iniciativa previsto para apreciação no ponto 11 da Ordem do Dia, e tendo em conta que o tinha sido distribuído oportunamente,

Aprovada na reunião da Comissão em 02-12-2025

questionou se, poderia ser dispensada a sua apresentação e submetê-lo diretamente à votação.

A Senhora Deputada Aida Carvalho (PS) solicitou que os pontos 13 e 14 da Ordem do Dia fossem apreciados de seguida.

Com as alterações propostas, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH, do PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, do PCP e do CDS-PP.

2. Audiência à [Teach for Portugal](#), para apresentar o trabalho e resultados desta organização, com a presença de mentores nas escolas que apoiam alunos no desenvolvimento académico e socio emocional e formação de líderes comprometidos com a transformação do sistema educativo, bem como para discutir temas relevantes para a educação no nosso país – 15h00 – Confirmada

A Senhora Presidente deu as boas-vindas à delegação da Teach for Portugal (identificados na [página da audiência](#)) e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Na intervenção inicial os representantes Teach for Portugal referiram o seguinte em síntese:

1. A Teach for Portugal tem como objetivo combater a desigualdade educativa, garantindo que o contexto socioeconómico não limite as oportunidades futuras das crianças;
2. O modelo de intervenção, contempla a formação de líderes que atuam diretamente nas escolas e na comunidade, desenvolvendo soluções para os problemas identificados no terreno;
3. A seleção destes líderes é feita com base num recrutamento rigoroso de licenciados de diversas áreas, avaliando o compromisso social e o potencial de liderança; sendo que apenas 5% dos candidatos são selecionados;
4. O programa de formação tem a duração de dois anos letivos em escolas de comunidades carenciadas, combinando trabalho em sala de aula com projetos na comunidade educativa e mais de 300 horas de formação e acompanhamento individual;

5. Esta formação permite-lhes ganhar experiência de terreno e a maioria dedica-se posteriormente a resolver problemas educativos, seja como professores, empreendedores sociais ou em políticas públicas;
6. A Teach For Portugal faz parte da rede global *Teach For All*, uma rede composta por organizações independentes e locais em mais de 60 países, com experiência acumulada de mais de 100 mil profissionais e 1 milhão de alunos impactados globalmente;
7. A Teach For Portugal integra esta rede desde 2019, com 130 mentores e 8 professores, abrangendo 11 mil alunos por ano em 97 escolas de 55 municípios; cinco gerações de mentores formadas, totalizando 180 profissionais;
8. Os mentores recebem formação em competências pedagógicas, apoio contínuo, conhecimento profundo da realidade da comunidade escolar e desenvolvimento de competências de liderança e colaboração em equipa;
9. Os alunos acompanhados por mentores apresentam, em média, 26% de aumento nas suas notas finais e uma redução de cerca de 15% nas notas negativas por disciplina; 85-90% dos professores e diretores recomendam o programa, destacando que ele aumenta a motivação e satisfação dos docentes e melhora efetivamente a aprendizagem dos alunos;
10. O programa fornece aprendizados úteis para o próprio sistema, ajudando a atrair e selecionar professores qualificados, apoiá-los e retê-los, e reduzir desigualdades de aprendizagem entre alunos de contextos diferentes.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Manuela Carvalho (PSD), Rui Cardoso (CH), Porfírio Silva (PS) e Angélique Da Teresa (IL) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram algumas questões.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, os representantes Teach for Portugal referiram o seguinte em síntese:

1. Existem cada vez mais alunos de várias nacionalidades e com diferentes níveis de domínio do português e os mentores da Teach For Portugal têm sido fundamentais no apoio à integração destes novos públicos, em várias regiões do país;
2. O sucesso da integração assenta na centralidade do aluno no processo educativo, assegurando que cada um se sinta seguro, acolhido e envolvido na aprendizagem;

3. É essencial formar professores e mentores para lidarem com a diversidade linguística e cultural, e envolver encarregados de educação no processo educativo;
4. Pequenas adaptações e estratégias práticas podem tornar a sala de aula mais inclusiva, sem alterar os conteúdos curriculares;
5. O envolvimento dos mentores nos processos de aprendizagem, aumenta o interesse e a motivação dos alunos, melhora a sua autoconfiança e amplia a sua visão de futuro;
6. A presença dos mentores ajuda a reduzir o cansaço dos docentes, melhora a gestão da sala de aula e cria um ambiente mais colaborativo e tranquilo;
7. O trabalho dos mentores fortalece a relação entre escola e famílias, promovendo uma cultura positiva, de proximidade e de reconhecimento;
8. O objetivo não é apenas melhorar resultados académicos, mas ampliar oportunidades e desenvolver competências pessoais e sociais nos alunos;
9. Competências como o pensamento crítico, a colaboração e a comunicação são trabalhadas em conjunto com as disciplinas, e não como atividades separadas;
10. A escola deve abandonar a ideia do «aluno médio» e preparar-se para responder a diferentes ritmos, capacidades e origens, com metodologias simples e eficazes;
11. Os alunos mais avançados podem apoiar colegas com mais dificuldades, beneficiando ambos no processo. Os mentores recebem formação para facilitar este tipo de aprendizagem cooperativa.

A gravação vídeo e a toda a informação complementar encontram-se disponíveis na [página da audiência](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

3. Audição dos peticionários da [petição n.º 25/XVII/1.ª](#) – Deixe-me estudar – Acesso igualitário ao ensino superior – 15h45 – Confirmada

A Senhora Vice Presidente, Deputada Célia Freire, presidiu aos trabalhos em substituição da Senhora Presidente, e deu as boas-vindas aos peticionários (identificados na [página da audiência](#)) e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Na intervenção inicial os peticionários referiram o seguinte em síntese:

1. Explicaram que representavam os cidadãos subscritores da petição, motivada por uma situação que consideram discriminatória, impedindo jovens portugueses de aceder ao ensino superior em igualdade de circunstâncias com os seus pares;

Aprovada na reunião da Comissão em 02-12-2025

2. Esclareceram que não falavam em nome da Brave Generation Academy (BGA) enquanto instituição, nem a representavam, eram apenas um grupo de pais preocupados com o futuro académico dos seus filhos;
3. Clarificaram que a situação da BGA era apenas o ponto de partida; o objetivo era mais amplo — garantir que todos os projetos educativos que sigam currículos oficialmente reconhecidos pelo Estado português, como o *International British Curriculum*, tenham enquadramento legal que permita o acesso ao ensino superior nacional;
4. Argumentaram não pediam privilégios, mas sim coerência e igualdade, apelando assim ao reconhecimento formal dos diplomas International General Certificate of Secondary Education (IGCSE) e Advanced Level Qualifications (A-Levels); igualdade de condições no acesso ao ensino superior; criação de um enquadramento legal claro para o ensino híbrido e online; e, caso não haja solução imediata, um regime transitório já em 2026-2027;
5. Explicaram que apesar de o International British Curriculum ser reconhecido pelo Estado português e permitir equivalências ao ensino secundário, os alunos de escolas não acreditadas como a BGA ficam impedidos de obter essa equivalência e, portanto, de concorrer ao ensino superior em Portugal;
6. Os alunos do BGA com os mesmos diplomas e provas que colegas de escolas acreditadas (como St. Julian's) podem candidatar-se a universidades estrangeiras, mas não às portuguesas, o que gera desigualdade e injustiça;
7. Esta limitação transforma uma opção educativa legítima numa barreira económica, já que apenas famílias com recursos conseguem suportar estudos no estrangeiro;
8. Sublinharam que não há oposição entre o ensino tradicional e o ensino híbrido — ambos devem coexistir como respostas diferentes para necessidades diferentes, garantindo diversidade e equidade no sistema educativo;
9. Os alunos da BGA obtiveram algumas das melhores notas nacionais e internacionais, demonstrando rigor académico, autonomia, responsabilidade e competências alinhadas com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
10. A CPCJ e os tribunais já analisaram casos relacionados com alunos da BGA e concluíram que estes cumprem plenamente o direito à educação, reconhecendo, na prática, a validade do modelo híbrido;

11. O sistema educativo português evoluiu em várias dimensões (autonomia curricular, integração tecnológica, valorização de competências), mas permanece desatualizado quanto aos modelos híbridos, criando um «vazio administrativo» que deve ser corrigido;
12. Pedem urgência na criação de uma solução que permita a candidatura destes jovens às universidades portuguesas, corrigindo uma incoerência administrativa que consideram injusta e penalizadora para as famílias.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Ana Isabel Ferreira (PSD), José de Carvalho (CH), Aida Carvalho (PS) e Angélique Da Teresa (IL) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram algumas questões.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, os peticionários referiram o seguinte em síntese:

1. São apenas pais preocupados com os filhos, não têm ligação organizacional à BGA, a referência à escola é apenas como exemplo concreto;
2. Há cerca de um ano, tiveram uma reunião com o Secretário de Estado e equipas do Ministério da Educação para apresentarem a situação e procurarem soluções;
3. Face à ausência de ação do Ministério, os pais decidiram avançar com uma petição para chegar a uma solução legal e justa;
4. Os alunos portugueses que frequentam a BGA não conseguem equivalência para o ensino superior, embora possuam os mesmos diplomas (IGCSE e A-Levels) que alunos de escolas internacionais reconhecidas no estrangeiro;
5. A BGA não aplica nem emite os exames, apenas organiza o ambiente escolar; os exames são administrados por entidades internacionais credenciadas e idênticos globalmente;
6. Apesar de os alunos estarem a estudar e cumprirem os requisitos, o sistema impede o acesso ao ensino superior em Portugal, criando uma situação absurda e incoerente;
7. A lei não está adaptada a novos modelos educativos, como o ensino híbrido da BGA, o que impede o reconhecimento formal do percurso dos alunos;

8. Os alunos da BGA não conseguem equivalência com base nos mesmos exames que alunos estrangeiros conseguem, gerando discriminação injusta entre estudantes;
9. Enfatizaram que respeitam a liberdade dos filhos, que podem optar por diferentes modelos educativos (BGA ou escola pública) conforme o perfil e interesses de cada criança;
10. Explicaram que no passado os alunos da BGA faziam os exames através de outra escola internacional acreditada; posteriormente, o Ministério vetou esse procedimento, originando a situação atual;
11. Um dos petionários esclareceu que, aquando da inscrição do seu filho na BGA, há cerca de três anos, não existia a clareza que atualmente existe quanto ao processo de acreditação da instituição. Indicando que, à época, havia a expectativa de que a escola estivesse próxima de obter a acreditação necessária e que, apenas há cerca de dois anos, se apercebeu de que a situação poderia ser mais complexa;
12. Apela a uma solução justa, que permita que os alunos portugueses que estudem em escolas híbridas ou internacionais reconhecidas possam ter acesso ao ensino superior em Portugal.

A gravação vídeo e a informação complementar encontram-se disponíveis na [página da audição](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

#### 4. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião da Comissão do dia 30 de setembro foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH, do PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, do PCP e do CDS-PP.

#### 5. Comunicações da Presidente

##### 5.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

- i. Propostas de Lei – Baixaram para apreciação na generalidade

[Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª \(GOV\)](#) – «*Aprova o Orçamento do Estado para 2026*»

O Grupo Parlamentar do PS informou que seria a Senhora Deputada Aida Carvalho a relatora deste parecer e a apreciação do mesmo ficou agendada para a reunião da Comissão do dia 22 de outubro, tendo em conta que o prazo estabelecido para o envio do parecer setorial à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública termina no dia 22 de outubro, às 18 horas.

#### 5.2. Pedidos de audiências

- ✓ Da [Fundação Pedro Queiroz Pereira](#), «com o objetivo de apresentar as conclusões do estudo ‘A Voz dos Professores: Motivações, desafios e barreiras ao desenvolvimento da carreira’ ([Fundação Pedro Queiroz Pereira | A Voz dos Professores](#))»
- ✓ Pedido de audiência recebido a 29-09-2025;
- ✓ É uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento social e humano através das áreas da Educação e Proteção Social;
- ✓ Este estudo teve como propósito traçar um retrato detalhado sobre as principais preocupações da classe docente em matérias como o percurso profissional, a formação inicial e contínua, a gestão do tempo e da sala de aula, a organização escolar e o papel da tecnologia no ensino;

Pronunciaram-se sobre este ponto os Senhores Deputados Ana Gabriela Cabilhas (PSD), Rui Cardoso (CH) e Aida Carvalho (PS).

Foi deliberado que esta audiência teria lugar no [Grupo de Trabalho - Revisão do Estatuto da Carreira Docente](#).

#### 5.3. Relatórios de audiências

Aprovada na reunião da Comissão em 02-12-2025

- ✓ Ao Presidente da Direção da Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, Prof. Carlos Varela, com o objetivo de apresentar os constrangimentos atualmente vivenciados no âmbito do funcionamento do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), no contexto da resposta educativa prestada pela nossa instituição, presidida pela Deputada Maria José Aguiar (CH) e realizada em 29/9

O relatório foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH, do PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, do PCP e do CDS-PP.

5.4. Comunicação do GP do L com designação de membro efetivo para o Conselho Nacional de Educação (juntando o respetivo currículo e declaração de aceitação):

- ✓ Catarina das Neves Batista Cerqueira (em substituição de Filipa Maria Gonçalves Pinto)

A Comissão deliberou, por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH, do PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, do PCP e do CDS-PP dispensar a realização de audição prévia do representante indicado pelo GP do L para o CNE.

5.5. Dimensão Parlamentar da Presidência Dinamarquesa do Conselho da União Europeia

- ✓ Conferência interparlamentar «*Towards a Safer and More Innovative Digital Europe: Delivering on the DSA's Promises for Citizens and Markets*»
- ✓ Billund, 3 e 4 de novembro de 2025
- ✓ Comissões envolvidas: 6.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> Comissões
- ✓ A 6.<sup>a</sup> Comissão já designou delegação para esta Conferência:
  - Deputado Pedro Tavares (CH) - Vice-Presidente da Comissão;
  - Deputado Miguel Rangel (IL)
- ✓ Delegação da 8.<sup>a</sup> Comissão?

Em conformidade com o que havia sido decidido na reunião anterior da Comissão, foi contactada a Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Paula Santos (PCP), a

fim de verificar a sua disponibilidade para integrar a delegação que participaria na conferência em causa, tendo a mesma informado da sua indisponibilidade.

A Senhora Presidente esclareceu que era urgente definir, nesta reunião, o critério a adotar para a nomeação da delegação desta Comissão, uma vez que o prazo para o respetivo registo na conferência terminava no dia 17 de outubro.

Mais informou que havia solicitado aos serviços indicação sobre a prática seguida pela Comissão em reuniões interparlamentares de anteriores legislaturas, tendo sido referido que, normalmente, participava o Presidente da Comissão e, nos casos em que a delegação fosse composta por mais do que um elemento, se aplicava o critério da rotatividade, iniciando-se pelo Grupo Parlamentar com maior representatividade e prosseguindo até ao Grupo com menor representatividade.

A Senhora Presidente questionou, então, os Grupos Parlamentares presentes sobre a concordância com a aplicação desse critério.

Todos os Grupos Parlamentares presentes (IL, PS, PSD e CH) manifestaram a sua concordância com o critério da rotatividade.

Tendo em conta a composição da delegação da 6.<sup>a</sup> Comissão (CH e IL), e considerando que o Grupo Parlamentar do PSD havia participado na conferência interparlamentar anterior, caberia, de acordo com o critério estabelecido, ao Grupo Parlamentar do PS indicar um Deputado para integrar a presente delegação, juntamente com a Senhora Presidente.

O Grupo Parlamentar do PS ficou de comunicar, no dia seguinte, o nome do Deputado designado para participar na conferência, tendo sido indicada a Senhora Deputada Rosa Isabel Cruz.

#### 6. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 143/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Alargamento da rede pública de Educação Pré-Escolar

O relatório foi apresentado pela relatora, Deputada Sónia dos Reis (PSD) e depois e depois aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, CH, PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, PCP e CDS-PP.

7. Discussão e votação do relatório sobre a [Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.ª \(GOV\)](#) –  
Procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior

O relatório foi apresentado pelo relator, Deputado Rui Cardoso (CH) e depois e depois aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, CH, PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, PCP e CDS-PP.

8. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 175/XVII/1.ª \(BE\)](#) –  
Promove a gratuidade do ensino superior através do fim das propinas de 1º ciclo e da limitação das demais taxas (alteração da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto)

O relatório foi apresentado pelo relator, Deputado João Pedro Louro (PSD) e depois e depois aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, CH, PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, PCP e CDS-PP.

9. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 217/XVII/1.ª \(IL\)](#) –  
Revisão anual dos valores de apoio aos contratos de associação, patrocínio e cooperação, bem como às escolas profissionais privadas

O relatório foi apresentado pela relatora, Deputada Sandra Lopes (PS) e depois e depois aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, CH, PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, PCP e CDS-PP.

10. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 213/XVII/1.ª \(PS\)](#) –  
Promove a democratização do acesso ao associativismo estudantil no ensino básico e secundário, procedendo à terceira alteração a Lei n.º 23/2006, de 23 de junho

O relatório foi apresentado pelo relator, Deputado João Pedro Louro (PSD) e depois e depois aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, CH, PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, PCP e CDS-PP.

11. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 214/XVII/1.ª \(PS\)](#) – Aprova o regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Conforme referido no ponto 1, foi dispensada a apresentação do relatório, uma vez que a Senhora Deputada relatora, Maria José Aguiar (CH), não se encontrava presente na reunião.

O relatório foi, assim, de imediato submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com votos favoráveis dos Deputados do PSD, CH, PS e IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, PCP e CDS-PP.

12. Discussão e votação do [requerimento da IL](#) para audição, com carácter de urgência, do Ministro da Educação, Ciência e Inovação sobre a quebra de colocados no Ensino Superior, agora que as diversas fases ficaram concluídas.

A Senhora Deputada Angélique Da Teresa (IL) apresentou o seu requerimento, explicando que as vagas que ficaram por preencher no ensino superior não podiam ser justificadas pelo preço do alojamento estudantil. Se nos grandes centros urbanos, a escassez de alojamento é uma realidade, no interior do país essa questão não é um problema e também ficaram muitas vagas por preencher, especialmente nos politécnicos, demonstrando que a oferta não acompanha a procura. Destacou também que cada vez mais alunos portugueses saem do 12.º ano para estudar no estrangeiro, muitas vezes com bolsas, refletindo uma tendência crescente. Sublinhou a necessidade de analisar a situação económica das famílias, a distribuição das vagas por cursos e de perceber se existem desequilíbrios entre procura e oferta. Por isso, defendeu a realização de uma audição para avaliar estas questões e verificar se são necessárias adaptações nas políticas públicas de educação.

No período de discussão intervieram os Senhores Deputados Aida Carvalho (PS), Rui Cardoso (CH) e Ana Gabriela Cabilhas (PSD).

Aprovada na reunião da Comissão em 02-12-2025

A Senhora Aida Carvalho (PS) explicou que a redução de candidatos ao ensino superior para 2025-2026 surpreendeu o país, considerando que esta situação não se deve a alterações demográficas, mas sobretudo a mudanças no regime de conclusão do ensino secundário, que passou a exigir três exames nacionais. Embora as dificuldades económicas e falta de alojamento tenham impacto, a principal causa é a alteração abrupta das regras de acesso, refletida no aumento de reprovações e na queda das médias em quase todos os exames. Os efeitos são mais severos no interior, com reduções significativas no Instituto Politécnico de Tomar e na Guarda, comprometendo a sustentabilidade de cursos e instituições. Apesar de incentivos fiscais, bolsas e programas, o problema persiste, ameaçando a equidade e inclusão. Sublinhou também que o ensino superior continua a ser motor da elevação social e do desenvolvimento regional, defendendo assim a pertinência em ouvir o Ministro sobre esta situação.

O Senhor Deputado Rui Cardoso (CH) destacou que os números do ensino superior em 2025-2026 exigem análise para determinar se refletem uma situação conjuntural ou problemas estruturais, considerando fatores económicos, mudanças nos mecanismos de avaliação do ensino secundário, regras de acesso e diferenças entre universidades e politécnicos, bem como desigualdades regionais que afetam a coesão territorial. Concordou com a pertinência das questões levantadas pela IL, questionando apenas o caráter de urgência do requerimento, sugerindo que seria mais adequado uma audição detalhada e reflexiva sobre o tema, possivelmente após o Orçamento do Estado, para evitar sobrecarga das sessões já previstas.

A Senhora Deputada Ana Gabriela Cabilhas (PSD) manifestou o apoio do seu grupo parlamentar ao requerimento da IL, considerando que o caráter de urgência não se aplica à semana em curso, pois é importante aprofundar a análise das causas da diminuição de candidatos ao ensino superior, sobretudo face às mudanças nas regras de conclusão do ensino secundário e de acesso implementadas em 2023. Destacou a relevância de ouvir o Sr. Ministro sobre esta situação, nomeadamente para apresentar as reflexões do Ministério, os resultados de reuniões com as instituições afetadas e estratégias pensadas, garantindo atenção à coesão territorial, ao concurso nacional de acesso e a outras vias de ingresso no ensino superior.

A Senhora Deputada Angélique Da Teresa (IL) explicou que o caráter de urgência visava evitar que o tema ficasse sem debate até o próximo concurso de acesso ao ensino superior, garantindo tempo para analisar dados concretos e permitir a apresentação de propostas. Assim concordou que a audição poderia ser agendada para uma data posterior à apreciação na especialidade do Orçamento do Estado.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, com votos favoráveis dos Deputados do PSD, do CH, do PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, do PCP e do CDS-PP.

13. Discussão sobre a sequência dada às recomendações aprovadas nas sessões nacionais do [ensino básico](#) e do [ensino secundário](#) da edição 2024/2025 do Parlamento dos Jovens – «NOVAS TECNOLOGIAS: Oportunidades e desafios para os jovens»

- ✓ A pronúncia dos Grupos Parlamentares e do Governo sobre a sequência dada às recomendações pode ser consultada [aqui](#).

Neste ponto intervieram os Senhores Deputados João Pedro Louro (PSD), Sofia Pereira (PS)

O Senhor Deputado João Pedro Louro (PSD) saudou os participantes da edição 2024-2025 do Parlamento dos Jovens, destacando o seu empenho cívico e a maturidade política das recomendações apresentadas, que evidenciam a importância das novas tecnologias na inclusão, inovação, sustentabilidade e melhoria dos serviços públicos. Sublinhou que as propostas dos jovens destacam a necessidade de garantir igualdade de oportunidades no acesso às tecnologias, assegurar formação contínua para os professores, atualizar o currículo na área das tecnologias digitais, criar plataformas educativas online e equilibrar a avaliação digital com a utilização do papel, de modo a preservar a eficácia e a fiabilidade do processo de ensino. Explicou que as recomendações dos jovens estavam alinhadas com as políticas do Governo, como as provas digitais, o investimento em infraestruturas escolares e a [nova estrutura da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento](#), que incorpora a educação para a cidadania e para a literacia digital. Concluiu enaltecendo o exemplo democrático e o contributo dos

jovens participantes, hoje cidadãos ativos e, no futuro, potenciais colegas de Parlamento.

A Senhora Deputada Sofia Pereira (PS) saudou igualmente os jovens participantes da edição 2024-2025 do Parlamento dos Jovens, destacando a relevância do tema escolhido e a consciência cívica demonstrada nas suas recomendações, que evidenciam a necessidade de modernizar infraestruturas, garantir acesso equitativo à *Internet* e a equipamentos, e promover uma escola mais inovadora, inclusiva e preparada para os desafios da vida quotidiana. Sublinhou que o seu Grupo Parlamentar estava alinhado com muitas das propostas apresentadas e que tem atuado nesse sentido através de diferentes programas: o *Programa Escola Digital*, que visa distribuir equipamentos, capacitar professores e disponibilizar recursos pedagógicos digitais, e o *programa de Modernização das Redes Escolares*, focado na melhoria das infraestruturas e condições físicas das escolas. Destacou ainda a [Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital](#) e o [Projeto de Resolução n.º 292/XVII/1.ª \(PS\) - Recomenda ao Governo que adote uma abordagem estratégica e centralizada em questões de cibersegurança escolar](#). Concluiu destacando que a escola do futuro deve ser construída de forma colaborativa com alunos, professores e toda a comunidade educativa, promovendo a participação cívica ativa.

A Senhora Presidente, em nome da Comissão, saudou também todos os jovens participantes na edição 2024-2025 do Parlamento dos Jovens, agradeceu os contributos deixados, sublinhando ainda a importância de os jovens sentirem que as suas recomendações têm seguimento e são acolhidas, estimulando assim uma participação mais ativa, consciente de que o seu contributo é útil, valorizado e respeitado.

#### 14. Apreciação e votação do plano de atividades do Grupo de Trabalho - Parlamento dos Jovens

Tendo em conta que o plano de atividades já havia sido previamente apreciado em sede do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, os Senhores Deputados não se pronunciaram sobre este ponto, passando-se de imediato à sua votação, o qual foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH, do PS e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do L, do PCP e do CDS-PP.

## 15. Outros assuntos

15.1. Despacho (de 2024) sobre a participação de Deputados nas reuniões de discussão na especialidade da PPL que aprova o OE, reuniões conjuntas da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) e Comissões da área em causa

- ✓ Nas reuniões de discussão na especialidade do OE, realizadas exclusivamente pela COFAP ou conjuntamente com outras Comissões, apenas têm direito aos abonos correspondentes à participação na reunião:
  1. Os Deputados efetivos ou suplentes (independentemente de estes estarem em substituição ou não) das Comissões em causa;
  2. Os Deputados que não pertençam às Comissões em causa e participem em substituição de um membro efetivo dessas Comissões, devendo, nesse caso, identificar expressamente o Deputado substituído.

A Senhora Presidente transmitiu à Comissão as informações acima referidas.

15.2. Tramitação a adotar na apreciação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 276/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Programa Nacional de Reabilitação e Eficiência Energética dos Edifícios Escolares, com garantia de conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética

A Comissão aprovou a seguinte tramitação na apreciação na especialidade desta iniciativa:

- ✓ Prazo para apresentação de propostas de alteração pelos GP: 3 de dezembro
- ✓ Data da discussão e votação na especialidade: 9 de dezembro
- ✓ Atenta a matéria em causa, informar a 11.ª Comissão do prazo para a apresentação de propostas de alteração pelos GP, bem como da data de discussão e votação na especialidade, para que, caso o entendam, possam participar nos trabalhos?

Aprovada na reunião da Comissão em 02-12-2025

15.3. Pedido de audiência urgente das organizações que constituem a Comissão de Acompanhamento dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) – [Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral](#) - FAPPC; União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros – (UNICRISANO); [Federação Portuguesa de Autismo](#) (FPDA); [Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social](#) (FENACERCI); [Federação Portuguesa para a Deficiência Mental](#) (HUMANITAS) -, sobre a clarificação do papel dos CRI no espaço educativo e o seu financiamento

A Comissão deliberou que esta audiência deveria ser concedida em Comissão, mas só deveria ser agendada após a interrupção dos trabalhos para a apreciação na especialidade do Orçamento do Estado.

15.4. Iniciativas sobre o RJIES em relação às quais vão ser pedidos contributos às entidades do setor

- ✓ [Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.ª \(GOV\)](#) - Procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior
- ✓ **Arrastamentos:**
- ✓ [Projeto de Lei n.º 41/XVII/1.ª \(CH\)](#) - Altera o regime jurídico das instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro
- ✓ [Projeto de Lei n.º 83/XVII/1.ª \(PS\)](#) - Clarifica o regime especial de titularidade de instituições de ensino superior por entidades públicas resultante do processo de revisão do regime jurídico das assembleias distritais
- ✓ [Projeto de Lei n.º 159/XVII/1.ª \(PAN\)](#) - Aprova o Estatuto do Estudante do Ensino Superior, em desenvolvimento das normas da Lei de Bases do Sistema Educativo, e da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro
- ✓ [Projeto de Lei n.º 252/XVII/1.ª \(PCP\)](#) - Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior

(3.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)

- ✓ [Projeto de Lei n.º 264/XVII/1.ª \(PAN\)](#) - Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro
- ✓ [Projeto de Lei n.º 270/XVII/1.ª \(BE\)](#) - Altera o regime jurídico das instituições do ensino superior reforçando o funcionamento democrático das universidades e extinguindo o regime fundacional
- ✓ [Projeto de Lei n.º 276/XVII/1.ª \(PS\)](#) - Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro

A Senhora Presidente questionou se para o [Projeto de Lei n.º 83/XVII/1.ª \(PS\)](#) se deveriam solicitar contributos às mesmas entidades definidas para os restantes. A Senhora Deputada Aida Carvalho (PS) disse que para esta iniciativa as entidades a solicitar contributos não deveriam ser as mesmas. A Senhora Deputada Ana Gabriela Cabilhas (PSD) pronunciou-se no sentido de se aguardar as contestações aos agendamentos para depois se solicitarem os contributos às entidades.

#### 16. Data da próxima reunião

- Reunião da Comissão: 16 de outubro – Pós-Plenário
  - ✓ Audição do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, por requerimentos de vários GP
- Audiência dos alunos da Escola Secundária Quinta das Palmeiras - Projeto Política para Futuros Cidadãos – Deputado-piloto: Joaquim Barbosa (PSD) – 22 de outubro – 9h00 – Confirmada
- Reunião da Comissão: 22 de outubro (quarta-feira) – 10h (plenário às 14h)  
No dia 21 de outubro (terça-feira) há Jornadas Parlamentares do PS
  - ✓ Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:
    - [Projeto de Resolução n.º 39/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Pela contratação de terapeutas e psicólogos para o apoio de crianças com Necessidades Educativas Especiais

- [Projeto de Resolução n.º 111/XVII/1.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo a revisão das políticas de inclusão em meio escolar resultante da avaliação em curso
- [Projeto de Resolução n.º 113/XVII/1.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo a revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva e da formação dos professores de educação especial
- Audição Deputado-relator (Deputada Inês Barroso) [Petição 33/XVII/1.ª](#) - *Pelo Direito das Docentes Cuidadoras à Mobilidade por Doença com Justiça e Igualdade*: 23 de outubro (quinta-feira) – 14h - confirmada
- Dias 27 e 28 de outubro (segunda e terça-feira): Reunião Plenária (OE 2026)
- Dia 29 de outubro (quarta-feira) às 9h00 audição regimental do Ministro da Educação, Ciência e Inovação no âmbito do OE2026

A reunião foi encerrada às 17:43 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de outubro de 2025

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**Manuela Tender**



## Comissão de Educação e Ciência

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Gabriela Cabilhas (PSD)  
Ana Isabel Ferreira (PSD)  
Ana Silveira (PSD)  
Bruno Faria (PSD)  
Carolina Marques (PSD)  
Célia Freire (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
José Carvalho (CH)  
Manuela Tender (CH)  
Rui Cardoso (CH)  
Aida Carvalho (PS)  
Porfírio Silva (PS)  
Rosa Isabel Cruz (PS)  
Sandra Lopes (PS)  
Sofia Canha (PS)  
Angélique Da Teresa (IL)  
João Pedro Louro (PSD)  
Manuela Carvalho (PSD)  
Sonia Dos Reis (PSD)  
Sofia Pereira (PS)  
Rui Fernandes (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês Barroso (PSD)  
Maria José Aguiar (CH)  
Paula Santos (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Filipa Pinto (L)  
Paulo Nuncio (CDS-PP)